



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Prêmios e Apostas
Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização
Coordenação-Geral de Fiscalização de Apostas

Nota Técnica SEI nº 361/2025/MF

Assunto: **Diligência. TC 026.536/2024-2.**

Excelentíssimo Senhor Ministro Jhonatan de Jesus,

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata a presente Nota Técnica de atendimento à solicitação de informações encaminhada pelo egrégio Tribunal de Contas da União - TCU por meio de Instrução de acompanhamento no âmbito do processo TC 026.536/2024-2.

2. A área responsável pelo acompanhamento a respeito da regulamentação do mercado de apostas de quota fixa de eventos esportivos do Tribunal solicitou que a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, em conjunto com a Secretaria-Executiva do mesmo Ministério, esclareçam o seguinte:

i) Em relação à autorização e aos requerimentos para exploração de apostas de quota fixa apresentados desde a vigência da Lei 14.790, de 29 de dezembro de 2023, até dezembro de 2024, informar:

1) considerando a tese fixada para o Tema 1323 do STF de que “a execução do serviço público de loteria por agentes privados depende de delegação estatal precedida de licitação”, como o Poder Executivo tem cumprido a referida tese no caso do processo administrativo de autorização das Bets?

2) normas que regulamentam o processo administrativo de autorização;

3) fundamento legal para pré-autorização conferida pelo Poder Executivo;

4) critérios para autorização ou não dos requerimentos para exploração de apostas de quota fixa;

5) atribuições, responsabilidades e fundamentação legal da atuação de cada ator governamental envolvido na autorização (Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Banco Central, outros);

6) forma de articulação interinstitucional com a Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, vinculada ao Ministério do Esporte;

7) mecanismos para mitigar o risco da concessão de autorização para empresas ligadas ao crime organizado, se houver;

8) referências e modelos para regulamentação do processo de autorização de outros países, se houver; e

9) fluxo do processo de autorização e operacionalização, abordando as etapas de credenciamento dos agentes operadores de apostas de quota fixa, de expedição de pré-autorização ou autorização definitiva, de recolhimento da outorga, de oferta e realização de apostas, de recolhimento de tributos (especificando todos os tributos incidentes).

ii) Em relação às empresas que já atuam ou que apresentaram requerimento para atuar no

setor, informar:

- 1) total de Bets autorizadas, total Bets não autorizadas, total de Bets em processo administrativo de autorização;
- 2) listagem das empresas que já atuam no setor, com as seguintes informações: nome e CNPJ da empresa credenciada, se nacional ou estrangeira, marcas autorizadas a operar, data da pré-autorização e da autorização definitiva, valor de outorga e data de recolhimento do valor de outorga, conforme sugerido na tabela abaixo:

Empresa	CNPJ	Empresa Nacional ou estrangeira	Marcas	Data da pré-autorização	Data da autorização definitiva	Valor de outorga recolhido (R\$)	data de recolhimento do valor de outorga

- 3) listagem das empresas que tiveram o requerimento para atuar negado, especificado o requisito/condição não atendido, bem como fundamento legal;
- 4) listagem das empresas com requerimento pendente de análise, com a data do protocolo do requerimento, bem como justificativa no caso de suspensão/prorrogação do prazo de análise;

iii) Em relação ao fluxo financeiro das Bets:

- 1) considerando que antes da regulamentação das Bets as empresas já constituídas deveriam estar recolhendo os tributos inerentes a atividade empresarial que exerciam, informar quais os tributos por elas recolhidos e qual o montante nos últimos cinco anos;
- 2) resultados financeiros após a regulamentação: volume transacionado, tributos arrecadados, remessa de recursos para o exterior e recebimento de recursos do exterior;
- 3) acompanhamento dos efeitos tributários relacionados às apostas online, se houver, incluindo os níveis de tributação, os reflexos estimados na arrecadação e as medidas de política tributária na experiência internacional;
- 4) estimativa da perda de arrecadação antes da regulamentação; e
- 5) valor total de tributos recolhidos desde a data da pré-autorização até o momento para cada bet, bem como discriminados por mês; e
- 6) se as normas vigentes que definem a tributação do segmento de apostas online no Brasil estão alinhadas ao modelo de tributação dessa atividade em outros países, justificando a resposta.

iv) Em relação à supervisão, fiscalização e controle dos sites de apostas online:

- 1) atribuições, responsabilidades e fundamentação legal da atuação de cada ator governamental envolvido na fiscalização e controle destas empresas (Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Banco Central, outros);
- 2) fluxo dos processos de supervisão e fiscalização;
- 3) pareceres jurídicos da PGFN que embasaram a decisão de outorga;
- 4) fluxo previsto para o tratamento de denúncias recebidas contra as empresas atuantes;
- 5) situações que podem ensejar a revogação de autorizações previamente concedidas e fundamentação legal.

3. Passa-se, a seguir, à análise e resposta dos pontos solicitados.

DA REGULAMENTAÇÃO

4. A Lei nº 13.756, de 2018, criou a modalidade lotérica “aposta de quota fixa”, de que tratam seus artigos 29 a 35. O art. 29 traz a definição de tal modalidade em seu § 1º, sendo que a necessidade de

regulamentação está preconizada no § 3º:

"Art. 29. Fica criada a modalidade lotérica, sob a forma de serviço público, denominada aposta de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá em todo o território nacional.

§ 1º A modalidade lotérica de que trata o caput deste artigo consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

(...)

§ 3º O Ministério da Fazenda regulamentará no prazo de até 2 (dois) anos, prorrogável por até igual período, a contar da data de publicação desta Lei, o disposto neste artigo."

5. A modalidade lotérica denominada aposta de quota fixa consiste em um sistema de apostas em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico. Por esta lei, as apostas estariam relacionadas somente a eventos reais de temática esportiva e a regulamentação ficaria a cargo do Ministério da Fazenda,

6. Findo mencionado período sem a respectiva regulamentação, contatou-se a necessidade de se estabelecer algumas regras que propiciassem regulamentação mais adequada e que teriam de ser feitas por meio de alteração legislativa. Verificou-se a necessidade de regulamentação de temas como (i) a inexistência de previsão expressa acerca da possibilidade de cobrança pela autorização conferida ao operador de apostas de quota fixa, como ocorre nos diversos outros países em que essa atividade econômica é regulada; e (ii) a ausência de disciplina de infrações e de mecanismos de sanção que permitissem ao regulador aplicar penalidades aos operadores das AQF, quando do descumprimento das leis e respectivos regulamentos que regem a matéria.

7. A necessária alteração legislativa foi iniciada somente com a publicação da Medida Provisória nº 1.182, em 25 de julho de 2023, e envio ao Congresso Nacional da Proposição Legislativa nº 3626, de 2023. Referidos normativos foram analisados pelo Congresso Nacional na forma do Substitutivo ao PL nº 3626, de 2023. Após aprovação do Legislativo e respectiva sanção Presidencial, foi publicada a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, propiciando a edição, pelo Ministério da Fazenda, de Portarias que regulamentariam a matéria.

8. Durante a tramitação do projeto, mencione-se, por meio de emenda parlamentar, foi ampliado o objeto inicialmente legalizado sobre o qual podem recair as apostas, abarcando eventos reais ou virtuais, resultando na publicação da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, que, em seu art. 3º, estipulou que:

"Art. 3º As apostas de quota fixa de que trata esta Lei poderão ter por objeto:

I - eventos reais de temática esportiva; ou

II - eventos virtuais de jogos on-line.

Parágrafo único. Não poderão ser objeto das apostas de que trata o caput deste artigo os eventos esportivos que envolvam as categorias de base ou eventos que envolvam exclusivamente atletas menores de idade em qualquer modalidade esportiva."

9. A Lei nº 14.790/2023 estabeleceu, ainda, diversos temas submetidos à regulamentação do Ministério da Fazenda, disciplinando, em seu art. 9º, que o Ministério estabeleceria condições e prazos, não inferiores a 6 (seis) meses, para a adequação das pessoas jurídicas às disposições legais e regulamentares (prazo fixado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do art. 24 da Portaria nº 827, de 21 de maio de 2024).

10. Em obediência ao comando legal, foi criada a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), por meio do Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024, e estabelecida agenda regulatória para o tema, conforme Portaria SPA/MF nº 561, de 8 de abril de 2024, sendo elencados 11 temas que teriam regulamentação específica. Assim, foram publicadas as normas regulamentadoras nela previstas (todas disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria).

11. Oportunamente, em convergência com o comando constitucional e decorrência das atribuições legais de regulamentação ao Ministério da Fazenda, o art. 55 do Decreto nº 11.907 de 30 de janeiro de 2024

dispõe sobre a competência da Secretaria de Prêmios e Apostas:

"Art. 55. À Secretaria de Prêmios e Apostas compete:

I - autorizar, permitir e conceder, regular, normatizar, monitorar, supervisionar, fiscalizar e sancionar, na forma da Lei:

a) a distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda;

b) a distribuição gratuita de prêmios realizada por organizações da sociedade civil;

c) a captação antecipada de poupança popular;

d) as apostas de quota fixa;

e) os sweepstakes e as loterias realizadas por entidades promotoras de corridas de cavalos; e

f) as loterias, em todas as suas modalidades;

II - formular, propor, executar e supervisionar, no âmbito do Governo federal, a política de apostas e promoções comerciais, provendo a edição e manutenção de normas, manuais e instruções técnicas;

III - prover os sistemas e demais soluções de tecnologia da informação necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

IV - instaurar o processo administrativo e aplicar sanções administrativas por infração à lei e aos regulamentos aplicáveis aos segmentos de que trata o inciso I;

V - regular, fiscalizar e aplicar sanções administrativas, na forma da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, em relação aos deveres previstos nos seus art. 10 e art. 11;

VI - celebrar termo de compromisso, na forma da lei, em qualquer fase do processo administrativo destinado a apurar irregularidades nos segmentos de que trata o inciso I, até a tomada da decisão de primeira instância;

VII - disciplinar as penalidades e o processo administrativo sancionador para a apuração de infrações administrativas, de que trata o inciso IV; e

VIII - dispor sobre regras para preservar o jogo responsável, com a possibilidade de limitar a quantidade, a frequência e os valores de apostas por evento ou por apostador."

12. Por este motivo, esta Secretaria de Prêmios e Apostas estabeleceu agenda regulatória para o tema, conforme Portaria SPA/MF nº 561, de 8 de abril de 2024, tendo publicado todas as normas regulamentadoras nela previstas:

a) Portaria SPA nº 300, de 26 de fevereiro de 2024, que estabelece requisitos e procedimentos relativos ao reconhecimento da capacidade operacional de entidades certificadoras dos sistemas de apostas utilizados por operadores de loteria de apostas de quota fixa, e dos estúdios de jogo ao vivo e jogos on-line que poderão ser disponibilizados aos apostadores;

b) Portaria SPA nº 615, de 16 de abril de 2024, que estabelece regras gerais a serem observadas nas transações de pagamento realizadas por agentes autorizados a operar a modalidade lotérica de apostas de quota fixa em território nacional;

c) Portaria SPA nº 722, de 2 de maio de 2024, que estabelece requisitos técnicos e de segurança dos sistemas de apostas utilizados pelos agentes operadores para exploração da modalidade lotérica de apostas de quota fixa;

d) Portaria SPA nº 827, de 21 de maio de 2024, que estabelece regras, condições e abertura do procedimento para requerimento da autorização para exploração das apostas de quota fixa em todo o território nacional;

e) Portaria SPA nº 1.143, 11 de julho de 2024, que dispõe sobre políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro, do financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa;

f) Portaria SPA nº 1.207, 29 de julho de 2024, que estabelece requisitos técnicos para funcionamento e homologação dos jogos on-line e estúdios de jogos ao vivo, um dos objetos de apostas da modalidade lotérica de aposta de quota fixa;

g) Portaria SPA nº 1.212, 30 de julho de 2024, que estabelece procedimentos para pagamento das destinações sociais previstas no § 1º-A do artigo 30 da Lei nº 13.756/2018, que foi alterado pela Lei 14.790/2023;

h) Portaria SPA nº 1.225, 31 de julho de 2024, que regulamenta o monitoramento e a

fiscalização das atividades de exploração da modalidade lotérica de apostas de quota fixa e dos agentes operadores de apostas;

i) Portaria SPA nº 1.231, 31 de julho de 2024, que estabelece regras e diretrizes para o jogo responsável e para as ações de comunicação e marketing, e regulamenta os direitos e deveres de apostadores e de agentes operadores; e

j) Portaria SPA nº 1.233, 31 de julho de 2024, que regulamenta o regime sancionador no âmbito da exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa.

13. Todas as normas podem ser encontradas no sítio eletrônico da Secretaria de Prêmios e Apostas (<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas/legislacao/apostas>).

DO PEDIDO DE INFORMAÇÕES

14. No que tange aos questionamentos apresentados pelo Tribunal de Contas da União, apresentamos as informações que seguem:

i) Em relação à autorização e aos requerimentos para exploração de apostas de quota fixa apresentados desde a vigência da Lei 14.790, de 29 de dezembro de 2023, até dezembro de 2024, informar:

1) considerando a tese fixada para o Tema 1323 do STF de que “a execução do serviço público de loteria por agentes privados depende de delegação estatal precedida de licitação”, como o Poder Executivo tem cumprido a referida tese no caso do processo administrativo de autorização das Bets? e 2) normas que regulamentam o processo administrativo de autorização;

A autorização para empresas interessadas em explorar a modalidade lotérica de aposta de quota fixa segue o determinado em lei, que previu a autorização como a modalidade de outorga, prevendo ainda que:

a) Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018:

Art. 29. Fica criada a modalidade lotérica, sob a forma de serviço público, denominada aposta de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá no território nacional.

§ 2º A loteria de apostas de quota fixa será autorizada, em caráter oneroso, pelo Ministério da Fazenda e será explorada, exclusivamente, em ambiente concorrencial, sem limite do número de autorizações, com possibilidade de ser comercializada em quaisquer canais de distribuição comercial, observado o disposto em lei especial e na regulamentação.

b) Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023:

Art. 4º As apostas de quota fixa serão exploradas em ambiente concorrencial, mediante prévia autorização a ser expedida pelo Ministério da Fazenda, nos termos desta Lei e da regulamentação de que trata o [§ 3º do art. 29 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018](#).

Art. 5º A autorização para exploração das apostas de quota fixa terá natureza de ato administrativo discricionário, praticado segundo a conveniência e oportunidade do Ministério da Fazenda, à vista do interesse nacional e da proteção dos interesses da coletividade, observadas as seguintes regras:

I - não estará sujeita a quantidade mínima ou máxima de agentes operadores;

II - terá caráter personalíssimo, inegociável e intransferível; e

III - poderá, a critério do Ministério da Fazenda, ser outorgada com prazo de duração de 5 (cinco) anos.

§ 1º A autorização de que trata este artigo poderá ser revista sempre que houver, na pessoa jurídica autorizada, fusão, cisão, incorporação, transformação, bem como transferência ou modificação de controle societário direto ou indireto.

§ 2º A revisão de autorização já concedida dar-se-á mediante processo administrativo específico, que poderá ser instaurado de ofício, nos termos da regulamentação, assegurados ao

interessado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º A exploração de apostas de quota fixa será exclusiva de pessoas jurídicas que, nos termos desta Lei e da regulamentação do Ministério da Fazenda, receberem prévia autorização para atuar como agente operador de apostas.

Art. 9º A autorização para a exploração de apostas de quota fixa poderá ser requerida a qualquer tempo pela pessoa jurídica interessada, observado o procedimento administrativo estabelecido na regulamentação do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda estabelecerá condições e prazos, não inferiores a 6 (seis) meses, para a adequação das pessoas jurídicas que estiverem em atividade às disposições desta Lei e às normas por ele estabelecidas em regulamentação específica.

Art. 10. O procedimento administrativo de autorização tramitará em meio eletrônico, e, durante sua análise, os autos serão de acesso restrito ao interessado e a seus procuradores.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no **caput** deste artigo, a lista de requerimentos apresentados deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de suspensão ou de prorrogação de prazos, em razão de insuficiência, incompletude ou inconsistência da documentação apresentada pela pessoa jurídica interessada, a análise dos requerimentos observará a ordem cronológica de seu protocolo.

Art. 11. A autorização somente será expedida se, após o exame da documentação e a avaliação da capacidade técnica e financeira da pessoa jurídica requerente e da reputação e conhecimento de seus controladores e administradores, o Ministério da Fazenda concluir pelo atendimento de todos os requisitos legais e regulamentares.

c) Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024:

Art. 3º A exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa de que tratam o art. 29 da Lei nº 13.756, de 2018, e os arts. 4º e 6º da Lei nº 14.790, de 2023, em todo o território nacional, será exclusiva de pessoas jurídicas que receberem prévia autorização expedida pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para atuar como agente operador de apostas.

Art. 4º Somente serão elegíveis à autorização para exploração da loteria de apostas de quota fixa as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração em território nacional, que atenderem a todas as exigências previstas na Lei nº 13.756, de 2018, na Lei nº 14.790, de 2023, nesta Portaria e nas demais normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Fazenda.

§ 1º A pessoa jurídica nacional, subsidiária de sociedade estrangeira, constituída segundo a legislação brasileira, com sede e administração no território nacional, poderá ser autorizada a explorar a loteria de apostas de quota fixa, observada a obrigatoriedade de participação de brasileiro como sócio detentor de ao menos vinte por cento do capital social da pessoa jurídica, nos termos do inciso IX do § 1º do art. 7º da Lei nº 14.790, de 2023.

§ 2º Não é elegível à autorização para exploração da loteria de apostas de quota fixa a pessoa jurídica que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

§ 3º A concessão da autorização pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para exploração comercial da modalidade lotérica de aposta de quota fixa restringir-se-á às pessoas jurídicas requerentes constituídas sob a forma de:

I - sociedade empresária limitada; ou

II - sociedade anônima.

Art. 5º A autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa observará as seguintes regras:

I - será concedida com prazo de duração de cinco anos, mediante o pagamento de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerado o limite de até três marcas comerciais a serem exploradas pela pessoa jurídica em seus canais eletrônicos por ato de autorização;

II - terá caráter personalíssimo, inegociável e intransferível; e

III - poderá ser requerida a qualquer tempo pelas pessoas jurídicas interessadas, observado o procedimento estabelecido nesta Portaria.

Art. 15. O requerimento de autorização para exploração comercial das apostas de quota fixa e os demais documentos necessários à comprovação do cumprimento das regras e condições estabelecidas nesta Portaria devem ser apresentados pelos interessados por meio do SIGAP da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Sendo assim, todo requerimento atualmente apresentado à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF) é devidamente analisado e executado com base em toda legislação e regulação aplicáveis ao processo de autorização, com um processo cuidadosamente previsto e que observa a diversos requisitos que garantam a segurança pública, obedecendo ao comando legal.

3) fundamento legal para pré-autorização conferida pelo Poder Executivo;

Necessário primeiramente esclarecer que não se tratou de "pré-autorização" conferida pelo Ministério da Fazenda, mas de definição dos requisitos do período de adequação previsto no art. 9º, parágrafo único da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, sendo regulamentado pela Portaria SPA/MF nº 1.475, de 16 de setembro de 2024:

Art. 9º A autorização para a exploração de apostas de quota fixa poderá ser requerida a qualquer tempo pela pessoa jurídica interessada, observado o procedimento administrativo estabelecido na regulamentação do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda estabelecerá condições e prazos, não inferiores a 6 (seis) meses, para a adequação das pessoas jurídicas que estiverem em atividade às disposições desta Lei e às normas por ele estabelecidas em regulamentação específica.

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre as condições e os prazos de adequação para as pessoas jurídicas que explorem a modalidade lotérica de apostas de quota fixa previstos no art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e no art. 24 da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024, até o prazo de 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Para fins do disposto no art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e aplicação do previsto no art. 24 da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024, consideram-se em período de adequação, a partir de 1º de outubro de 2024, apenas pessoas jurídicas em atividade que tiverem apresentado o requerimento de autorização ao Ministério da Fazenda até a data de publicação desta Portaria.

§ 1º Fica vedada a partir de 1º de outubro de 2024 a exploração da modalidade lotérica de apostas de quota fixa em âmbito nacional por pessoa jurídica sem autorização da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda e que não se enquadre nos termos do caput.

Art. 3º As pessoas jurídicas interessadas em explorar a modalidade lotérica de apostas de quota fixa que tiverem apresentado o requerimento de autorização ao Ministério da Fazenda no prazo previsto no art. 2º deverão indicar, até 30 de setembro de 2024, para a Secretaria de Prêmios e Apostas, suas marcas em atividade e os respectivos domínios de internet onde prestarão o serviço durante o período de adequação, na forma do anexo.

Vale mencionar que o art. 9º da Lei nº 14.790, de 2023, prevê que a autorização para a exploração comercial de apostas de quota fixa poderá ser requerida a qualquer tempo pela pessoa jurídica interessada, observado o procedimento administrativo estabelecido na regulamentação do Ministério da Fazenda. Contudo, o parágrafo único do mesmo dispositivo previu a competência para o Ministério da Fazenda estabelecer prazo para a adequação às disposições legais e regulamentares:

Art. 9º A autorização para a exploração de apostas de quota fixa poderá ser requerida a

qualquer tempo pela pessoa jurídica interessada, observado o procedimento administrativo estabelecido na regulamentação do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda estabelecerá condições e prazos, não inferiores a 6 (seis) meses, para a adequação das pessoas jurídicas que estiverem em atividade às disposições desta Lei e às normas por ele estabelecidas em regulamentação específica (grifou-se).

Ao regulamentar este dispositivo, a Secretaria de Prêmios e Apostas do MF editou a Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, com o seguinte teor:

Art. 24. Para os fins do disposto no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 14.790, de 2023, o prazo de adequação das pessoas jurídicas que estavam em atividade no Brasil quando da publicação da Lei nº 14.790, de 2023, às disposições legais e regulamentares vigentes sobre a loteria de apostas de quota fixa, inicia-se na data de publicação desta Portaria e encerra-se em 31 de dezembro de 2024.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2025, as pessoas jurídicas que estiverem em atividade no Brasil sem a devida autorização da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa ficarão sujeitas às penalidades pertinentes (grifou-se).

Para além da definição de prazos, a Secretaria de Prêmios e Apostas editou a Portaria SPA/MF nº 1.475, de 16 de setembro de 2024, em que traz as condições para reconhecimento da natureza de “pessoas jurídicas que estavam em atividade no Brasil”. Por esse motivo e, principalmente, interessados em garantir o interesse público, o cumprimento do ordenamento jurídico preexistente à legalização da modalidade lotérica de apostas de quota fixa e a responsabilidade social de grupos vulneráveis às externalidades negativas do setor, a Secretaria de Prêmios e Apostas editou esta norma para estabelecer regras a serem seguidas por pessoas jurídicas em atividade no Brasil durante o período de adequação, que se encerra em 31 de dezembro de 2024, mantendo somente aquelas que solicitaram autorização para exploração de apostas de quota fixa até a data da publicação da Portaria e indicarem suas marcas e domínios de sites eletrônicos até o dia 30 de setembro de 2024. Observe-se que a citada Portaria nº 827, em seu art. 23, estipulou que os agentes que enviassem pedido de autorização no prazo de 90 dias da sua publicação teriam seus pedidos analisados até dia 31 de dezembro de 2024.

Portanto, as pessoas jurídicas que não submeteram pedido de autorização até esta data já estariam impossibilitadas de iniciar operação autorizada a partir de 1º de janeiro de 2025, motivo pelo qual não puderam ser consideradas como atuantes em período de adequação, já que não havia a possibilidade de que se adequassem às regras editadas pelo órgão regulador.

A nova portaria, desta maneira, estabeleceu que o período de adequação previsto na Lei nº 14.790/2023, que foi até dezembro, valeu para as pessoas jurídicas então em atividade que apresentaram o requerimento de autorização ao MF até a data de publicação da [Portaria 1.475](#) (isto é, 16 de setembro de 2024). A partir de outubro, as empresas que não pediram autorização por meio do [Sistema de Gestão de Apostas do MF \(Sigap\)](#) já foram classificadas como ilegais até que obtenham autorização da Fazenda.

Pode-se verificar as pessoas jurídicas que solicitaram autorização por meio de consulta pública ao Sigap, no seguinte endereço eletrônico: <https://sigap.fazenda.gov.br/consulta-publica/lista-solicitacoes>.

Findo o período de adequação em comento, todos os que explorarem o serviço público sem a aprovação do órgão fazendário e fora dos estreitos limites legais e regulamentares, deverão sofrer a punição correspondente, nos termos do processo administrativo sancionador (Portaria SPA/MF nº 1.233, 31 de julho de

2024).

4) critérios para autorização ou não dos requerimentos para exploração de apostas de quota fixa.

A Portaria SPA/MF nº 827 ([47777093](#)), de 21 de maio de 2024, regulamenta o disposto no art. 29 da Lei nº 13.756, de 2018, e nos arts. 4º a 13 da Lei nº 14.790, de 2023, para estabelecer as regras e as condições para obtenção da autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa por agentes econômicos privados em todo o território nacional. Os critérios para obtenção da autorização constam do Capítulo III (arts. 7º a 14), sendo divididos em 5 categorias: I - habilitação jurídica; II - regularidade fiscal e trabalhista; III - idoneidade; IV - qualificação econômico-financeira; e V - qualificação técnica. Optou-se por não transcrever os critérios nesta Nota Técnica em razão de sua extensão. De modo conciso, a fim de facilitar o entendimento pela área técnica do TCU, a Planilha SEI ([47805031](#)) elenca todos os critérios de autorização constantes da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

Alternativamente, a Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, bem como as demais normas editadas pela SPA/MF, estão disponíveis para consulta no site da Secretaria de Prêmios e Apostas (<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas>).

Os critérios de indeferimento serão detalhados mais à frente, na resposta ao questionamento i.9.

5) atribuições, responsabilidades e fundamentação legal da atuação de cada ator governamental envolvido na autorização (Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Banco Central, outros) e 6) forma de articulação interinstitucional com a Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, vinculada ao Ministério do Esporte;

Conforme os seguintes dispositivos já citados acima, o órgão responsável pelo processo de autorização de empresas interessadas em explorar a modalidade lotérica de apostas de quota fixa é o Ministério da Fazenda, atuando por meio da Secretaria de Prêmios e Apostas, conforme se extrai das seguintes normas:

a) Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018:

Art. 29. Fica criada a modalidade lotérica, sob a forma de serviço público, denominada aposta de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá no território nacional.

§ 2º A loteria de apostas de quota fixa será autorizada, em caráter oneroso, pelo Ministério da Fazenda e será explorada, exclusivamente, em ambiente concorrencial, sem limite do número de autorizações, com possibilidade de ser comercializada em quaisquer canais de distribuição comercial, observado o disposto em lei especial e na regulamentação.

b) Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023:

Art. 4º As apostas de quota fixa serão exploradas em ambiente concorrencial, mediante prévia autorização a ser expedida pelo Ministério da Fazenda, nos termos desta Lei e da regulamentação de que trata o [§ 3º do art. 29 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018](#).

Art. 5º A autorização para exploração das apostas de quota fixa terá natureza de ato administrativo discricionário, praticado segundo a conveniência e oportunidade do Ministério da Fazenda, à vista do interesse nacional e da proteção dos interesses da coletividade, observadas as seguintes regras:

I - não estará sujeita a quantidade mínima ou máxima de agentes operadores;

II - terá caráter personalíssimo, inegociável e intransferível; e

III - poderá, a critério do Ministério da Fazenda, ser outorgada com prazo de duração de 5 (cinco) anos.

§ 1º A autorização de que trata este artigo poderá ser revista sempre que houver, na pessoa jurídica autorizada, fusão, cisão, incorporação, transformação, bem como transferência ou modificação de controle societário direto ou indireto.

§ 2º A revisão de autorização já concedida dar-se-á mediante processo administrativo específico, que poderá ser instaurado de ofício, nos termos da regulamentação, assegurados ao interessado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º A exploração de apostas de quota fixa será exclusiva de pessoas jurídicas que, nos termos desta Lei e da regulamentação do Ministério da Fazenda, receberem prévia autorização para atuar como agente operador de apostas.

Art. 9º A autorização para a exploração de apostas de quota fixa poderá ser requerida a qualquer tempo pela pessoa jurídica interessada, observado o procedimento administrativo estabelecido na regulamentação do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda estabelecerá condições e prazos, não inferiores a 6 (seis) meses, para a adequação das pessoas jurídicas que estiverem em atividade às disposições desta Lei e às normas por ele estabelecidas em regulamentação específica.

Art. 10. O procedimento administrativo de autorização tramitará em meio eletrônico, e, durante sua análise, os autos serão de acesso restrito ao interessado e a seus procuradores.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no **caput** deste artigo, a lista de requerimentos apresentados deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de suspensão ou de prorrogação de prazos, em razão de insuficiência, incompletude ou inconsistência da documentação apresentada pela pessoa jurídica interessada, a análise dos requerimentos observará a ordem cronológica de seu protocolo.

Art. 11. A autorização somente será expedida se, após o exame da documentação e a avaliação da capacidade técnica e financeira da pessoa jurídica requerente e da reputação e conhecimento de seus controladores e administradores, o Ministério da Fazenda concluir pelo atendimento de todos os requisitos legais e regulamentares.

c) Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024:

Art. 3º A exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa de que tratam o art. 29 da Lei nº 13.756, de 2018, e os arts. 4º e 6º da Lei nº 14.790, de 2023, em todo o território nacional, será exclusiva de pessoas jurídicas que receberem prévia autorização expedida pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para atuar como agente operador de apostas.

Art. 4º Somente serão elegíveis à autorização para exploração da loteria de apostas de quota fixa as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração em território nacional, que atenderem a todas as exigências previstas na Lei nº 13.756, de 2018, na Lei nº 14.790, de 2023, nesta Portaria e nas demais normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Fazenda.

§ 1º A pessoa jurídica nacional, subsidiária de sociedade estrangeira, constituída segundo a legislação brasileira, com sede e administração no território nacional, poderá ser autorizada a explorar a loteria de apostas de quota fixa, observada a obrigatoriedade de participação de brasileiro como sócio detentor de ao menos vinte por cento do capital social da pessoa jurídica, nos termos do inciso IX do § 1º do art. 7º da Lei nº 14.790, de 2023.

§ 2º Não é elegível à autorização para exploração da loteria de apostas de quota fixa a pessoa jurídica que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

§ 3º A concessão da autorização pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para exploração comercial da modalidade lotérica de aposta de quota fixa restringir-se-á às pessoas jurídicas requerentes constituídas sob a forma de:

I - sociedade empresária limitada; ou

II - sociedade anônima.

Art. 5º A autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa observará as seguintes regras:

I - será concedida com prazo de duração de cinco anos, mediante o pagamento de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerado o limite de até três marcas comerciais a serem exploradas pela pessoa jurídica em seus canais eletrônicos por ato de autorização;

II - terá caráter personalíssimo, inegociável e intransferível; e

III - poderá ser requerida a qualquer tempo pelas pessoas jurídicas interessadas, observado o procedimento estabelecido nesta Portaria.

Art. 15. O requerimento de autorização para exploração comercial das apostas de quota fixa e os demais documentos necessários à comprovação do cumprimento das regras e condições estabelecidas nesta Portaria devem ser apresentados pelos interessados por meio do SIGAP da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

d) Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024:

Art. 55. À Secretaria de Prêmios e Apostas compete:

I - autorizar, permitir e conceder, regular, normatizar, monitorar, supervisionar, fiscalizar e sancionar, na forma da Lei:

a) a distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda;

b) a distribuição gratuita de prêmios realizada por organizações da sociedade civil;

c) a captação antecipada de poupança popular;

d) as apostas de quota fixa;

e) os **sweepstakes** e as loterias realizadas por entidades promotoras de corridas de cavalos; e

f) as loterias, em todas as suas modalidades;

II - formular, propor, executar e supervisionar, no âmbito do Governo federal, a política de apostas e promoções comerciais, provendo a edição e manutenção de normas, manuais e instruções técnicas;

III - prover os sistemas e demais soluções de tecnologia da informação necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

IV - instaurar o processo administrativo e aplicar sanções administrativas por infração à lei e aos regulamentos aplicáveis aos segmentos de que trata o inciso I;

V - regular, fiscalizar e aplicar sanções administrativas, na forma da [Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998](#), em relação aos deveres previstos nos seus art. 10 e art. 11;

VI - celebrar termo de compromisso, na forma da lei, em qualquer fase do processo administrativo destinado a apurar irregularidades nos segmentos de que trata o inciso I, até a tomada da decisão de primeira instância;

VII - disciplinar as penalidades e o processo administrativo sancionador para a apuração de infrações administrativas, de que trata o inciso IV; e

VIII - dispor sobre regras para preservar o jogo responsável, com a possibilidade de limitar a quantidade, a frequência e os valores de apostas por evento ou por apostador.

Art. 56. À Subsecretaria de Autorização compete:

I - analisar pedidos de autorização:

a) de distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde, concurso, ou operação assemelhada, a título de propaganda ou realizada por organizações da sociedade civil;

b) de captação de poupança popular;

c) no âmbito federal, para exploração de apostas de quota fixa e demais modalidades lotéricas; e

d) de **sweepstakes** e loterias realizadas por entidades promotoras de corridas de cavalos;

II - subsidiar, por meio de estudos e análises técnicas, a formulação de normas relacionadas às apostas de quota fixa e demais modalidades lotéricas; e

III - propor os critérios para a concessão das autorizações expedidas pela Secretaria.

Art. 57. À Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização compete:

I - supervisionar e desenvolver ações de fiscalização relativas:

a) às promoções comerciais e demais campanhas promocionais dedicadas à distribuição

gratuita de prêmios, a título de propaganda ou realizadas por organizações da sociedade civil, mediante sorteio, vale-brinde, concurso, ou operação assemelhada, e de captação de poupança popular;

b) à exploração de apostas de quota fixa e demais modalidades lotéricas; e

c) aos **sweepstakes** e loterias realizadas por entidades promotoras de corridas de cavalos;

II - monitorar o cumprimento dos normativos relacionados à corrupção, lavagem de dinheiro e outros delitos, no âmbito das apostas esportivas, demais modalidades lotéricas definidas em lei, promoções comerciais e captação antecipada de poupança popular;

III - definir os requisitos técnicos dos sistemas a serem observados pelos entes autorizados;

IV - prover os sistemas de monitoramento de apostas e de promoção comercial e demais soluções de tecnologia da informação necessários ao desenvolvimento das atividades da Secretaria;

V - monitorar o correto recolhimento dos tributos federais devidos pelos operadores e apostadores, e os repasses aos destinatários legais;

VI - fiscalizar o cumprimento das normas e dos regulamentos atinentes aos direitos dos apostadores e demais normativos relacionados aos temas de competência da Secretaria;

VII - propor, a partir das atividades de fiscalização, medidas corretivas, ajustes e aprimoramentos nos normativos relacionados aos temas da Secretaria;

VIII - analisar as prestações de contas das promoções comerciais e demais campanhas promocionais objeto de processos administrativos autorizadores de distribuição gratuita de prêmios, a título de propaganda ou realizada por organizações da sociedade civil, mediante sorteio, vale-brinde, concurso, ou operação assemelhada, e de captação de poupança popular; e

IX - instaurar, instruir e analisar o processo administrativo sancionador para apuração de irregularidades e propor à Subsecretaria de Ação Sancionadora a aplicação de sanções administrativas ou o arquivamento do processo.

Art. 58. À Subsecretaria de Ação Sancionadora compete:

I - julgar os processos administrativos sancionadores, em primeira instância, observados os limites e as competências legais e infralegais previstos, os pedidos de reconsideração e os pedidos de revisão formulados nesses processos;

II - decidir, motivadamente, a aplicação de sanções administrativas ou o arquivamento do processo, quando não configurada a irregularidade;

III - realizar o juízo de admissibilidade dos recursos e instruir os autos para submissão à autoridade superior; e

IV - propor a celebração de termo de compromisso, na forma da lei, em qualquer fase do processo administrativo até a tomada da decisão de primeira instância.

Art. 59. À Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária compete:

I - elaborar estudos, formular propostas e examinar projetos de reforma da legislação tributária brasileira; e

II - promover a articulação com os demais órgãos federais, com o Poder Legislativo, com os Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com organismos internacionais e organizações da sociedade civil para debater, acompanhar e implementar alterações na legislação tributária brasileira.

Parágrafo único. Para cumprimento de suas competências, a Secretaria poderá:

I - requisitar informações e documentos de quaisquer órgãos ou entidades da administração pública federal, hipótese em que manterá o sigilo legal, quando for o caso; e

II - celebrar acordos e convênios com órgãos ou entidades públicas ou privadas, federais, estaduais, municipais e distritais, nacionais, estrangeiras ou multilaterais, com vistas à elaboração de estudos e à formulação de proposições de alteração da legislação tributária brasileira.

Atendidos os requisitos da fase preliminar do processo de autorização, o que se atesta pela inclusão no Sistema de Gestão de Apostas - SIGAP de pareceres técnicos específicos, os requerimentos de autorização são encaminhados à anuência do Ministério do Esporte - Mesp, responsável, por meio da Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, por promover

integridade e transparência no setor esportivo. O trâmite naquele Ministério pode durar até quarenta e cinco dias, nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial MF/MF/AGU nº 28, de 22 de maio de 2024.

Art. 3º À Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda compete autorizar a exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, após a anuência do Ministério do Esporte, que se manifestará no prazo de até quarenta e cinco dias da submissão de que trata o §2º, aplicando-se a regra de aprovação análoga à disposta no inciso IX do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

Ademais, nos limites da competência prevista na alínea “c” do inciso I do art. 56 do Decreto n 11.907, de 30 de janeiro de 2024, tem sido realizada a avaliação técnica da documentação pertinente à origem dos recursos que compõem o capital social de todas as pessoas jurídicas cujos requerimentos se encontram na fase de pagamento. Importante ressaltar que a análise técnica conduzida pela SPA/MF não tem natureza fiscalizatória e investigativa em sentido estrito, não tendo competência, por exemplo, para a abertura em via administrativa de sigilo fiscal e legal. Respeitados os limites de suas competências, a análise técnica tem por objetivo verificar a compatibilidade entre a capacidade econômico-financeira objetivamente disponível na documentação, sobretudo considerando os valores declarados do ponto de vista fiscal, e a participação do sócio ou acionista na integralização realizada pelo grupo econômico da requerente.

Considerando ainda a ausência de competência legal para quebra de sigilo e acesso à base de dados fiscais, as declarações de informe de rendimentos entregues em cumprimento ao solicitado pela SPA/MF são remetidas à Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para que se verifique a autenticidade das informações recebidas por meio de confrontação com o banco de dados de Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física.

O requisito de origem lícita dos recursos é considerado atendido nos casos em que não são identificados elementos capazes de afastar a presunção de veracidade legal atribuída à declaração apresentada de origem lícita dos recursos que compõem o capital social da pessoa jurídica requerente ou em relação à capacidade econômico-financeira das pessoas naturais para o aporte de recursos, quando aplicável.

Necessário pontuar que, ainda que os demais órgãos citados na indagação não tenham papel explícito no processo de autorização, em virtude das áreas de intersecção material, na análise dos requisitos de idoneidade e de origem lícita dos recursos, a SPA conta com o auxílio (dentro das possibilidades legais) tanto da Polícia Federal, como do Ministério Público Federal e da Receita Federal.

7) mecanismos para mitigar o risco da concessão de autorização para empresas ligadas ao crime organizado, se houver;

Importante destacar que a Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, estabelece que a obtenção de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa dependerá da comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, idoneidade, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica. Em relação à comprovação da idoneidade, transcreve-se, abaixo, o art. 10 da citada Portaria:

Art. 10. A comprovação da idoneidade será demonstrada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - no caso da pessoa jurídica requerente:

- a) declaração de reputação ilibada, conforme modelo constante do Anexo VI;*
- b) certidão negativa correcional, emitida pela Controladoria-Geral da União, consolidando os dados dos Sistemas ePAD e CGU-PJ, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas -*

CEIS, do Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e do Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM; e

c) *certidão negativa de licitantes inidôneos e inabilitados, emitida pelo Tribunal de Contas da União;*

II - *no caso dos controladores e detentores de participação qualificada, quando pessoas jurídicas, inclusive se domiciliados no exterior:*

a) *declaração de reputação ilibada, conforme modelo constante do Anexo VI; e*

b) *declaração da origem lícita dos recursos que compõem o capital social da pessoa jurídica requerente, conforme modelo constante do Anexo VIII; e*

III - *no caso dos controladores, detentores de participação qualificada, beneficiários finais, administradores e responsável legal, quando pessoas naturais, inclusive se estrangeiros:*

a) *declaração de reputação ilibada, conforme modelo constante do Anexo VII;*

b) *declaração da origem lícita dos recursos que compõem o capital social da pessoa jurídica requerente, aplicável aos controladores, detentores de participação qualificada e beneficiários finais, conforme modelo constante do Anexo VIII, observado o disposto no § 2º deste artigo;*

c) *certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Polícia Federal;*

d) *certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Polícia civil estadual ou do Distrito Federal do local de domicílio da pessoa natural; e*

e) *certidões expedidas pelas Justiças federal e estadual ou do Distrito Federal e Territórios do local de domicílio da pessoa natural, que **comproven a inexistência de condenação** por improbidade administrativa, de condenação com pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ou de condenação pelos crimes:*

1. *falimentar;*
2. *de sonegação fiscal;*
3. *de corrupção ativa ou passiva;*
4. *de concussão;*
5. *de peculato;*
6. *de prevaricação;*
7. *contra a economia popular;*
8. *contra a fé pública;*
9. *contra a propriedade intelectual; e*
10. *contra o Sistema Financeiro Nacional.*

§ 1º *No caso de pessoas naturais estrangeiras, deverão ser apresentados, além da declarações de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso III do caput, documentos equivalentes aos previstos nas alíneas "c" a "e" do mesmo inciso emitidos por autoridade competente em seu país de origem, observado o disposto no § 1º do art. 7º.*

§ 2º *A pessoa jurídica requerente deverá manter à disposição da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda os documentos que comprovem a declaração da origem lícita dos recursos de que tratam a alínea "b" do inciso II e a alínea "b" do inciso III do caput.*

(Grifo nosso)

Adicionalmente, no curso do processo de análise pela Subsecretaria de Autorização, caso sejam identificadas situações ou documentos que configurem indícios de práticas irregulares ou ilegais que levem dúvidas sobre a idoneidade das pessoas jurídicas e respectivos sócios, controladores e beneficiários finais, tais indícios são encaminhados à Coordenação-Geral de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Afins, da Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, para diligências. O resultado da análise é encaminhado à Subsecretaria de

Autorização, que tem mais elementos que possam corroborar ou não com a comprovação da idoneidade.

Ademais, nos limites da competência prevista na alínea “c” do inciso I do art. 56 do Decreto n 11.907, de 30 de janeiro de 2024, tem sido realizada a avaliação técnica da documentação pertinente à origem dos recursos que compõem o capital social de todas as pessoas jurídicas cujos requerimentos se encontram na fase de pagamento. Importante ressaltar que a análise técnica conduzida pela SPA/MF não tem natureza fiscalizatória e não usufrui de competência legal para atividade investigativa em sentido estrito, não tendo competência, por exemplo, para a abertura em via administrativa de sigilo fiscal e legal. Respeitados os limites de suas competências, a análise técnica tem por objetivo verificar a compatibilidade entre a capacidade econômico-financeira objetivamente disponível na documentação, sobretudo considerando os valores declarados do ponto de vista fiscal, e a participação do sócio ou acionista na integralização realizada pelo grupo econômico da requerente.

Considerando ainda a ausência de competência legal para quebra de sigilo e acesso à base de dados fiscais, as declarações de informe de rendimentos entregues em cumprimento ao solicitado pela SPA/MF são remetidas à Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para que se verifique a autenticidade das informações recebidas por meio de confrontação com o banco de dados de Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física.

O requisito de origem lícita dos recursos é considerado atendido nos casos em que não são identificados elementos capazes de afastar a presunção de veracidade legal atribuída à declaração apresentada de origem lícita dos recursos que compõem o capital social da pessoa jurídica requerente ou em relação à capacidade econômico-financeira das pessoas naturais para o aporte de recursos, quando aplicável.

Necessário pontuar que, ainda que os demais órgãos citados na indagação não tenham papel explícito no processo de autorização, em virtude das áreas de intersecção material, na análise dos requisitos de idoneidade e de origem lícita dos recursos, a SPA conta com o auxílio (dentro das possibilidades legais) tanto da Polícia Federal, como do Ministério Público Federal e da Receita Federal.

8) referências e modelos para regulamentação do processo de autorização de outros países, se houver; e

Há alguns modelos de regulamentação do processo de autorização em outros países, como Reino Unido, Austrália, Suécia, Portugal e Estados Unidos. Cada qual com suas peculiaridades, destacam-se: 1) o modelo inglês liderado pela UK Gambling Commission, possuindo um sistema com requisitos de transparência, proteção a consumidores e regras de jogos responsável; 2) o modelo sueco, que, por meio de sua autoridade de jogos, a Spelinspektionen, prioriza ações garantindo o jogo responsável e a proteção ao consumidor; e 3) o modelo português, cuja principal característica no processo de autorização de empresas interessadas em explorar a modalidade lotérica de apostas de quota fixa é seu licenciamento rigoroso, com processo detalhado para apresentação de plano de negócios e demonstração de práticas de jogo responsável.

9) fluxo do processo de autorização e operacionalização, abordando as etapas de credenciamento dos agentes operadores de apostas de quota fixa, de expedição de pré-autorização ou autorização definitiva, de recolhimento da outorga, de oferta e realização de apostas, de recolhimento de tributos (especificando todos os tributos incidentes).

REGRA GERAL

Como regra geral, a fase preliminar de análise técnica dos requerimentos de autorização, estabelecida pela Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, tem a duração de até cento e cinquenta dias, conforme dispõe o art. 16:

Art. 16. A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda deverá notificar as pessoas jurídicas requerentes em até cento e cinquenta dias, contados da data de protocolo do requerimento de autorização de que trata o art. 15 no SIGAP, para:

I - realizar o pagamento pela outorga de autorização, nos termos do art. 17, e apresentar os comprovantes de que trata o art. 14; ou

II - comunicar o indeferimento do requerimento de autorização, nos termos do art. 19.

Parágrafo único. O prazo para notificação de que trata o caput deverá observar as hipóteses de suspensão de prazo previstas nesta Portaria.

Nessa fase, a análise se restringe aos documentos apresentados em cumprimento aos arts. 8º a 12 da Portaria, distribuídos conforme as categorias estabelecidas nos incisos I a V do art. 7º:

"Art. 7º O requerimento para obtenção de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa será acompanhado dos documentos que comprovem a:

I - habilitação jurídica;

II - regularidade fiscal e trabalhista;

III - idoneidade;

IV - qualificação econômico-financeira; e

V - qualificação técnica."

Atendidos os requisitos da fase preliminar, o que se atesta pela inclusão no Sistema de Gestão de Apostas - SIGAP de pareceres técnicos específicos, os requerimentos de autorização são encaminhados à anuência do Ministério do Esporte - Mesp. O trâmite naquele Ministério pode durar até quarenta e cinco dias, nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial MF/MF/AGU nº 28 ([47780989](#)), de 22 de maio de 2024.

"Art. 3º À Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda compete autorizar a exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, após a anuência do Ministério do Esporte, que se manifestará no prazo de até quarenta e cinco dias da submissão de que trata o §2º, aplicando-se a regra de aprovação análoga à disposta no inciso IX do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019."

Em caso de anuência do Mesp, a requerente é então notificada a realizar o pagamento da outorga e a comprovar o atendimento aos demais requisitos constantes do art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024:

"Art. 14. Os seguintes comprovantes poderão ser apresentados no prazo de até trinta dias, contado da notificação de que trata o caput do art. 16, observado o disposto no art. 25:

I - pagamento pela outorga de autorização de que trata o inciso I do caput art. 5º, observado o disposto no art. 16;

II - constituição da reserva financeira de que trata o inciso III do caput do art. 11;

III - integralização em moeda corrente do capital social mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de que trata o inciso IV do caput do art. 11, assim como a declaração de origem lícita dos recursos que compõem o capital social de que tratam as alíneas "b" do inciso II e "b" do inciso III do caput do art. 10;

IV - patrimônio líquido mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de que trata o inciso V do caput do art. 11;

V - certificado técnico de que trata o inciso I do caput do art. 12, no caso das pessoas jurídicas requerentes que tenham apresentado o protocolo de solicitação; e

VI - implantação do sistema de atendimento aos apostadores de que trata o inciso III do caput do art. 12."

Finalmente, desde que cumpridos todos os requisitos regulamentares, incluído o pagamento da outorga de R\$ 30 milhões por ato de autorização, a autorização definitiva é deferida nos termos do art. 18:

"Art. 18. Após o pagamento da outorga de autorização, desde que comprovado o atendimento aos incisos I a VI do caput do art. 14, a autorização será deferida por meio de publicação de

portaria de autorização no Diário Oficial da União."

CASOS DE INDEFERIMENTO

No curso do processo, as seguintes situações ocasionam o indeferimento de requerimentos de autorização:

- a) decurso de prazo para resposta à notificação de pendências encaminhada pela SPA/MF;
- b) insuficiência de documentos;
- c) não pagamento da outorga; ou
- d) idoneidade.

Os indeferimentos por decurso de prazo têm amparo no § 3º do art. 13 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, que estabelece que a não apresentação dos documentos ou informações complementares no prazo estipulado, sem justificativa, acarretará o arquivamento definitivo do requerimento de autorização.

Por seu turno, os indeferimentos de que trata a alínea "b" do item 16 têm por base o inciso I do art. 19 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, que prevê o indeferimento dos requerimentos de autorização das pessoas jurídicas cujos documentos apresentados sejam, na avaliação da SPA/MF, insuficientes para comprovar o atendimento aos requisitos previstos na Lei nº 13.759, de 2018, na Lei nº 14.790, de 2023, na referida Portaria e nas demais normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Fazenda.

Já o indeferimento por não pagamento da outorga é previsto no art. 13 da Lei nº 14.790, de 2023:

"Art. 13. O valor da contraprestação da outorga deverá ser pago pelo interessado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado da comunicação da conclusão da análise de seu requerimento.

Parágrafo único. O descumprimento do prazo de pagamento previsto neste artigo **importará o arquivamento definitivo** do procedimento de autorização ou a caducidade da autorização, conforme o caso. (grifo nosso)"

Finalmente, os indeferimentos por questões relacionadas à idoneidade decorrem das previsões contidas no:

- e) inciso II do art. 19 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, que estabelece que serão indeferidos os requerimentos de autorização das pessoas jurídicas cujos documentos apresentados sejam, na avaliação da SPA/MF, considerados fraudulentos ou que possuam informações adulteradas ou inverídicas;
- f) *caput* do art. 5º da Lei nº 14.790, de 2023, que determina que a autorização para exploração das apostas de quota fixa terá natureza de ato administrativo discricionário, praticado segundo a conveniência e oportunidade do Ministério da Fazenda, à vista do interesse nacional e da proteção dos interesses da coletividade; e
- g) art. 5º da Portaria SPA/MF nº 1.475, de 16 de setembro de 2024, que prevê que o cometimento de atos ilícitos será considerado na análise do pedido de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa.

Registre-se que o exame de idoneidade é realizado conjuntamente pela Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização ([47558332](#)) e pela Subsecretaria de Autorização da Secretaria de Prêmios e Apostas, cabendo a esta avaliar a documentação apresentada pela requerente visando ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 10 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, e àquela realizar exame complementar de idoneidade, por meio de consultas a fontes abertas e oficiais, visando identificar indícios de prática de lavagem de dinheiro e de crimes correlatos.

Em quaisquer dos casos de indeferimento, é garantida aos requerentes a possibilidade de interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 20 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, em observância à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ORIGEM DOS RECURSOS UTILIZADOS PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O processo de autorização contempla a apresentação de declarações de origem lícita dos recursos apresentadas pelas pessoas jurídicas requerentes, que se presumem verdadeiras, com a exceção da existência de indícios em sentido contrário. Tendo em vista o dever de cautela decorrente do art. 5º da Lei 14.790, de 2023, indispensável também análise mais profunda dos recursos que compõem o capital social, sendo requeridos ainda (Informe SPA 002/2024 ([47782427](#))):

I - Relatório assinado digitalmente pelo representante legal da pessoa jurídica requerente com as seguintes informações:

- a) pessoas naturais (nome, CPF) e jurídicas (denominação social, CNPJ) que aportaram, de forma direta, recursos financeiros na pessoa jurídica requerente para viabilizar a integralização do capital social total, abrangendo inclusive valores que excedam R\$ 30 milhões e valores integralizados em exercícios anteriores;
- b) valor total em reais integralizado por cada pessoa natural e jurídica de que trata o item “a”;
- c) descrição da origem dos recursos aportados por cada pessoa natural e jurídica responsável pela integralização do capital social de que trata o item “a”; e
- d) descrição de outras fontes de recursos utilizadas pela pessoa jurídica requerente para integralização do capital social.

II - Documentos complementares:

- a) Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física do último exercício (IRPF) das pessoas naturais que possuem participação direta ou indireta igual ou superior a dez por cento do capital social da pessoa jurídica requerente, limitada às pessoas naturais que figuram na segunda instância da cadeia societária. No caso de pessoas naturais estrangeiras, apresentar documentos equivalentes; e
- b) extrato bancário com movimentação dos últimos noventa dias da(s) conta(s) bancárias de titularidade da pessoa jurídica requerente que receberam recursos para integralização do capital social.

A exigência de documentos complementares se pautou nas previsões contidas nos § 2º do art. 10 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024:

“§ 2º A pessoa jurídica requerente deverá manter à disposição da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda os documentos que comprovem a declaração da origem lícita dos recursos de que tratam a alínea “b” do inciso II e a alínea “b” do inciso III do caput.”

Assim, nos limites da competência prevista na alínea “c” do inciso I do art. 56 do Decreto n 11.907, de 30 de janeiro de 2024, tem sido realizada a avaliação técnica da documentação pertinente à origem dos recursos que compõem o capital social de todas as pessoas jurídicas cujos requerimentos se encontram na fase de pagamento. Importante ressaltar que a análise técnica conduzida pela SPA/MF não tem natureza fiscalizatória e investigativa em sentido estrito, não tendo competência, por exemplo, para a abertura em via administrativa de sigilo fiscal e legal. Respeitados os limites de suas competências, a análise técnica tem por objetivo verificar a compatibilidade entre a capacidade econômico-financeira objetivamente disponível na

documentação, sobretudo considerando os valores declarados do ponto de vista fiscal, e a participação do sócio ou acionista na integralização realizada pelo grupo econômico da requerente.

Considerando ainda a ausência de competência legal para quebra de sigilo e acesso à base de dados fiscais, as declarações de informe de rendimentos entregues em cumprimento ao solicitado pela SPA/MF são remetidas à Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para que se verifique a autenticidade das informações recebidas por meio de confrontação com o banco de dados de Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física.

O requisito de origem lícita dos recursos é considerado atendido nos casos em que não são identificados elementos capazes de afastar a presunção de veracidade legal atribuída à declaração apresentada de origem lícita dos recursos que compõem o capital social da pessoa jurídica requerente ou em relação à capacidade econômico-financeira das pessoas naturais para o aporte de recursos, quando aplicável.

RECOLHIMENTO DA OUTORGA

O art. 17 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, estabelece as regras para recolhimento da outorga de autorização:

"Art. 17. Consideradas atendidas as exigências constantes desta Portaria e das demais normas legais e regulamentares vigentes, a pessoa jurídica requerente será notificada pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, por meio do SIGAP, a realizar o pagamento pela outorga de autorização e apresentar os comprovantes de que trata o art. 14.

§ 1º O comprovante de recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional do montante de R\$ 30 milhões (trinta milhões de reais) por ato de autorização deverá ser encaminhado à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, por meio do SIGAP, no prazo de até trinta dias, contado da data de notificação de que trata o caput, observado o disposto no art. 25.

§ 2º O Pagamento pela outorga de autorização deverá ser realizado exclusivamente por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, via Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, devendo a instituição financeira que intermediar a operação observar as instruções a seguir:

I - Tipo Pessoa: J (pessoa jurídica);

II - CNPJ: CNPJ da requerente, obrigatoriamente com 14 dígitos, com dígitos verificadores consistentes;

III - Nome: denominação social da pessoa jurídica requerente;

IV - Código de Recolhimento TES: 10117 (5 posições);

V - Código da Unidade Gestora: 170628 (6 posições);

VI - Número Referência GRU: não preencher;

VII - Ano Mês Competência - MM/AAAA: informar mês (2 posições) e ano (4 posições) em que ocorrer o pagamento;

VIII - Data de Vencimento - DD/MM/AAAA: informar dia (2 posições), mês (2 posições) e ano (4 posições) de pagamento, respeitado o prazo limite de pagamento de que trata o § 1º deste artigo;

IX - Valor principal: informar o valor de R\$ 30 milhões (trinta milhões de reais), com centavos, por ato de autorização; e

X - Valor do lançamento: informar o valor de R\$ 30 milhões (trinta milhões de reais), com centavos, por ato de autorização."

Assim, após a notificação de pagamento, as pessoas jurídicas requerentes têm 30 dias, não prorrogáveis, para efetuar o pagamento da outorga, no valor de R\$ 30 milhões por ato de autorização. Cada ato de autorização dá direito à exploração de até 3 marcas comerciais, em linha com o disposto no art. 12 da Lei nº 14.790, de 2023.

Uma vez realizado o pagamento, a requerente encaminha à SPA/MF o comprovante de recolhimento à Conta Única do Tesouro, por meio do SIGAP, acompanhado dos demais documentos necessários à comprovação dos requisitos constantes do art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

Paralelamente, por meio de acesso ao Sistema de Gestão do Recolhimento da União – SISGRU, a Coordenação-Geral de Autorização de Apostas emite extrato do recolhimento visando verificar se, de fato, o pagamento da outorga foi realizado pela pessoa jurídica requerente.

CONDUÇÃO DO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO

O regime de que trata o art. 23 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, impôs à SPA/MF a obrigação de analisar um volume considerável de processos em tempo exíguo. Por essa razão, o Secretário de Prêmios e Apostas editou a Portaria SPA/MF nº 1.309, de 20 de agosto de 2024, que dispõe sobre a colaboração temporária, até 31 de dezembro de 2024, das demais unidades da SPA/MF com a Subsecretaria de Autorização, destacando-se o seu art. 3º:

"Art. 3º A colaboração de que trata o art. 2º consistirá no exercício de atividades relacionadas a:
I - análise dos pedidos de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa por agentes econômicos; e
II - elaboração de pareceres técnicos que subsidiarão a tomada de decisão a respeito dos pedidos de autorização.
Parágrafo único. A elaboração de parecer final de aprovação da autorização será de competência da Subsecretaria de Autorização."

Então, sob a coordenação da Subsecretaria de Autorização, os servidores designados pela Portaria SPA/MF nº 1.309, de 2024, para compor a força-tarefa foram alocados por tema, conforme os incisos I a V do *caput* do art. 7º da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024:

"Art. 7º O requerimento para obtenção de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa será acompanhado dos documentos que comprovem a:
I - habilitação jurídica;
II - regularidade fiscal e trabalhista;
III - idoneidade;
IV - qualificação econômico-financeira; e
V - qualificação técnica."

Coube a cada servidor examinar a documentação apresentada pelas pessoas jurídicas requerentes que se enquadraram neste regime, com foco exclusivo no tema sob sua responsabilidade. A separação por temas permitiu uma maior especialização, resultando em ganhos de eficiência na avaliação dos processos. Também teve por objetivo limitar responsabilidades, dada a impossibilidade de análise de todos os documentos comprobatórios por um único servidor, haja vista a complexidade e número de requisitos estabelecidos na regulação.

Finalizado o exame da documentação, os servidores produziram pareceres técnicos no Sigap que avaliaram, em cada requerimento, o cumprimento dos requisitos exigidos nos arts. 8º a 12 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

Na sequência, os processos foram encaminhados à anuência do Mesp, em observância à Portaria Interministerial MF/MF/AGU nº 28, de 2024.

Após manifestação do Mesp, desde que sanadas todas as pendências identificadas na fase preliminar, as pessoas jurídicas requerentes foram notificadas a realizar o pagamento da outorga e a cumprir os demais requisitos previstos no art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

Novamente, na fase de pagamento, foram produzidos pareceres técnicos específicos, tendo por base o Informe SPA/MF nº 002 ([47782427](#)), que detalhou a documentação necessária ao cumprimento dos requisitos remanescentes.

Finalmente, após concluídas as etapas anteriores, as pessoas jurídicas requerentes que

cumpriram todos os requisitos previstos no art. 14, não apresentando qualquer pendência e com pareceres técnicos favoráveis, foram consideradas aptas a obter autorização definitiva para exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa em território nacional.

ii) Em relação às empresas que já atuam ou que apresentaram requerimento para atuar no setor, informar:

1) total de Bets autorizadas, total Bets não autorizadas, total de Bets em processo administrativo de autorização;

Os requerimentos de autorização são submetidos à SPA/MF por meio do SIGAP (<https://sigap.fazenda.gov.br>), nos termos do art. 15 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024:

"Art. 15. O requerimento de autorização para exploração comercial das apostas de quota fixa e os demais documentos necessários à comprovação do cumprimento das regras e condições estabelecidas nesta Portaria devem ser apresentados pelos interessados por meio do SIGAP da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda."

Até o final de janeiro, tendo por base os registros do SIGAP, encontravam-se sob análise da SPA/MF 245 requerimentos de autorização, enquanto outros 262 requerimentos estavam em fase de cadastramento no Sistema.

Além disso, **69 pessoas jurídicas com autorização da SPA/MF para operar de modo regular no território nacional atualmente.**

Mais ainda, há empresas em funcionamento em virtude de decisão judicial (cuja lista também está disponível no sítio eletrônico da SPA).

Todas as Bets autorizadas realizaram o pagamento da outorga de R\$ 30 milhões até o dia 31 de dezembro de 2024, data de encerramento do prazo de adequação estabelecido pelo art. 24 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, o que pode ser constatado na Planilha SEI ([47819014](#)), extraída do Sistema de Gestão do Recolhimento da União - SISGRU. Deve-se ressaltar que esses números não consideram as empresas que atualmente ofertam apostas de quota fixa em âmbito nacional em razão de determinação judicial.

2) listagem das empresas que já atuam no setor, com as seguintes informações: nome e CNPJ da empresa credenciada, se nacional ou estrangeira, marcas autorizadas a operar, data da pré-autorização e da autorização definitiva, valor de outorga e data de recolhimento do valor de outorga, conforme sugerido na tabela abaixo:

Empresa	CNPJ	Empresa Nacional ou estrangeira	Marcas	Data da pré-autorização	Data da autorização definitiva	Valor de outorga recolhido (R\$)	data de recolhimento do valor de outorga

A Planilha SEI ([47804950](#)) apresenta em detalhes as bets autorizadas, marcas, autorização, data de autorização, data de pagamento e valor da outorga.

Cabe ressaltar que o *caput* do art. 7º da Lei nº 14.790, de 2023, bem como o art. 4º da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, restringem a autorização a pessoas jurídicas brasileiras, constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração em território nacional:

"Art. 7º Somente serão elegíveis à autorização para exploração de apostas de quota fixa as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração no território nacional, que atenderem às exigências constantes da regulamentação editada pelo Ministério da Fazenda."

"Art. 4º Somente serão elegíveis à autorização para exploração da loteria de apostas de quota fixa as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração em território nacional, que atenderem a todas as exigências previstas na Lei nº 13.756, de 2018, na Lei nº 14.790, de 2023, nesta Portaria e nas demais normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Fazenda."

Portanto, **não há empresas estrangeiras autorizadas** a operar a loteria de apostas de quota fixa em território nacional. Todas as *Bets* autorizadas são pessoas jurídicas nacionais, sendo uma parcela formada por subsidiárias brasileiras de sociedades estrangeiras.

3) listagem das empresas que tiveram o requerimento para atuar negado, especificado o requisito/condição não atendido, bem como fundamento legal;

No momento de elaboração da planilha, haviam sido indeferidos 33 requerimentos de autorização, dos quais 27 ainda se encontravam em fase de recurso administrativo.

A Planilha SEI ([47806901](#)) apresenta de modo detalhado as informações solicitadas pelo TCU, relativas aos requerimentos indeferidos. O fundamento legal para os indeferimentos pode ser consultado nos itens 16 a 22 desta Nota Técnica.

4) listagem das empresas com requerimento pendente de análise, com a data do protocolo do requerimento, bem como justificativa no caso de suspensão/prorrogação do prazo de análise;

A Planilha SEI ([47812696](#)) apresenta de modo detalhado as informações solicitadas pelo TCU, relativas aos requerimentos sob análise da SPA/MF.

Conforme mencionado anteriormente, como regra geral, a análise técnica relativa à fase preliminar (arts. 8º a 12) dos requerimentos de autorização pode durar até 150 dias, contados da data de protocolo do requerimento de autorização no SIGAP. Entretanto, o art. 13 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, prevê a suspensão desse prazo até a apresentação de documentos ou informações complementares solicitadas pela SPA/MF:

"Art. 13. No curso da avaliação do requerimento de autorização, a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda poderá solicitar, por meio do Sistema de Gestão de Apostas - SIGAP referido no art. 15, documentos ou informações complementares.

§ 1º A pessoa jurídica requerente deverá apresentar os documentos ou informações complementares no prazo de quinze dias, contado da notificação enviada por meio do SIGAP, observado o disposto no art. 25.

§ 2º O prazo de que trata o art. 16 ficará suspenso até a apresentação dos documentos de que trata o *caput*.

§ 3º A não apresentação, sem justificativa, dos documentos ou informações complementares no prazo de que trata o § 1º deste artigo acarretará o arquivamento definitivo do requerimento de autorização."

Adicionalmente, deve-se ressaltar que a SPA/MF considera como data de protocolo do requerimento de autorização no SIGAP a data de aditamento do requerimento, se houver. Essa interpretação decorre do art. 10 da Lei nº 14.790, de 2024:

"Art. 10. O procedimento administrativo de autorização tramitará em meio eletrônico, e, durante sua análise, os autos serão de acesso restrito ao interessado e a seus procuradores.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, a lista de requerimentos apresentados deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de suspensão ou de prorrogação de prazos, em razão de insuficiência, incompletude ou inconsistência da documentação apresentada pela pessoa jurídica interessada, a análise dos requerimentos observará a ordem cronológica de seu protocolo."

O aditamento de documentos ao processo, por iniciativa própria, é o reconhecimento pela pessoa jurídica requerente da insuficiência, incompletude ou inconsistência da documentação, demonstrando que o requerimento não estava em condições de ser analisado anteriormente pela SPA/MF.

Por essa razão, em observância ao disposto no § 2º do art. 10 da Lei nº 14.790, de 2023, para fins de contagem dos prazos de autorização estabelecidos na Portaria SPA/MF nº 827, de 22 de maio de 2024, é considerada como data de protocolo do requerimento de autorização a data de aditamento. Assim, a possibilidade de deferimento da autorização até 31 de dezembro de 2024, nos termos do art. 23, aplicou-se somente aos requerimentos protocolados e que foram aditados nos primeiros 90 dias após a publicação da Portaria.

Inclusive, essas e outras dúvidas foram respondidas por meio de um *Frequent Asked Questions* - FAQ, disponibilizado no site da Secretaria logo após a publicação da Portaria SPA nº 827, de 2024, onde se buscou dar ampla publicidade à correta interpretação do § 2º do art. 10 da Lei nº 14.790, de 2023 ([Autorização de Aposta de Quota Fixa — Ministério da Fazenda](#) e [Autorização de Aposta de Quota Fixa \(Simplificada\) — Ministério da Fazenda](#)).

Adicionalmente, foi incluída no Sistema de Gestão de Apostas - SIGAP a funcionalidade de aditamento, em que o interessado recebe um aviso com o seguinte teor:

Aditar

Estou ciente de que o aditamento acarretará o reinício da contagem de prazo para análise: a data inicial do processo passará a ser a data de envio do aditamento e a contagem de prazo será reiniciada. Deseja aditar a solicitação?

Não

Sim

Deve-se ainda mencionar o caso de suspensão dos processos previsto no § 3º do art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024:

"Art. 14. Os seguintes comprovantes poderão ser apresentados no prazo de até trinta dias, contado da notificação de que trata o caput do art. 16, observado o disposto no art. 25:

(...)

§ 3º O descumprimento do prazo previsto no caput para apresentação dos comprovantes relativos aos incisos II a VI do caput importará a suspensão do procedimento de autorização."

Assim, se a requerente realiza o pagamento da outorga mas não apresenta os demais comprovantes do art. 14, o processo permanece suspenso por tempo indeterminado. Essa hipótese se aplica apenas aos casos em que o pagamento foi registrado no Sigap após o dia 31 de dezembro de 2024. Como visto, nos casos em que o pagamento foi realizado até o fim do prazo de adequação, foi concedida autorização provisória nos termos da Portaria SPA/MF nº 2.104, de 2024.

Informa-se que, em relação ao item "III", solicitado por esta Corte de Contas, que trata do fluxo financeiro das Bets, as respostas foram fornecidas pela Receita Federal, órgão responsável por essa temática, conforme seguintes documentos: Conforme Ofício SEI Nº 4757/2025/MF ([48041204](#)) e Ofício nº30/2025/AUDIT/RFB ([48046887](#)).

iii) Em relação ao fluxo financeiro das Bets:

1) considerando que antes da regulamentação das Bets as empresas já constituídas deveriam estar recolhendo os tributos inerentes a atividade empresarial que exerciam, informar quais os tributos por elas recolhidos e qual o montante nos últimos cinco anos;

Manifestação realizada pela Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal no Despacho ([48426821](#)).

2) resultados financeiros após a regulamentação: volume transacionado, tributos arrecadados, remessa de recursos para o exterior e recebimento de recursos do exterior;

Manifestação realizada pela Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal na Nota Cetad/Coest nº 017, 12 de fevereiro de 2025 ([48427017](#)).

3) acompanhamento dos efeitos tributários relacionados às apostas online, se houver, incluindo os níveis de tributação, os reflexos estimados na arrecadação e as medidas de política tributária na experiência internacional;

Manifestação realizada pela Coordenação-Geral de Tributação da Subsecretária de Tributação e Contencioso da Receita Federal na manifestação ([48426602](#)).

4) estimativa da perda de arrecadação antes da regulamentação;

Manifestação realizada pela Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal na Nota Cetad/Coest nº 017, 12 de fevereiro de 2025 ([48427017](#)) e documento ([48427159](#)) do Processo nº 18101.100349/2022-91, elaborado pela SRE.

5) valor total de tributos recolhidos desde a data da pré-autorização até o momento para cada bet, bem como discriminados por mês; e

Manifestação realizada pela Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal no Despacho ([48426821](#)).

6) se as normas vigentes que definem a tributação do segmento de apostas online no Brasil estão alinhadas ao modelo de tributação dessa atividade em outros países, justificando a resposta.

Manifestação realizada pela Coordenação-Geral de Tributação da Subsecretária de Tributação e Contencioso da Receita Federal na manifestação ([48426602](#)).

iv) Em relação à supervisão, fiscalização e controle dos sites de apostas online:

1) atribuições, responsabilidades e fundamentação legal da atuação de cada ator governamental envolvido na fiscalização e controle destas empresas (Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Banco Central, outros);

À Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, compete, conforme definido no art. 57:

Art. 57. À Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização compete:

I - supervisionar e desenvolver ações de fiscalização relativas:

a) às promoções comerciais e demais campanhas promocionais dedicadas à distribuição gratuita de prêmios, a título de propaganda ou realizadas por organizações da sociedade civil, mediante sorteio, vale-brinde, concurso, ou operação assemelhada, e de captação de poupança popular;

b) à exploração de apostas de quota fixa e demais modalidades lotéricas; e

*c) aos **sweepstakes** e loterias realizadas por entidades promotoras de corridas de cavalos;*

II - monitorar o cumprimento dos normativos relacionados à corrupção, lavagem de dinheiro e outros delitos, no âmbito das apostas esportivas, demais modalidades lotéricas definidas em lei, promoções comerciais e captação antecipada de poupança popular;

III - definir os requisitos técnicos dos sistemas a serem observados pelos entes autorizados;

IV - prover os sistemas de monitoramento de apostas e de promoção comercial e demais soluções de tecnologia da informação necessários ao desenvolvimento das atividades da Secretaria;

V - monitorar o correto recolhimento dos tributos federais devidos pelos operadores e apostadores, e os repasses aos destinatários legais;

VI - fiscalizar o cumprimento das normas e dos regulamentos atinentes aos direitos dos apostadores e demais normativos relacionados aos temas de competência da Secretaria;

VII - propor, a partir das atividades de fiscalização, medidas corretivas, ajustes e aprimoramentos nos normativos relacionados aos temas da Secretaria;

VIII - analisar as prestações de contas das promoções comerciais e demais campanhas promocionais objeto de processos administrativos autorizadores de distribuição gratuita de prêmios, a título de propaganda ou realizada por organizações da sociedade civil, mediante sorteio, vale-brinde, concurso, ou operação assemelhada, e de captação de poupança popular; e

IX - instaurar, instruir e analisar o processo administrativo sancionador para apuração de irregularidades e propor à Subsecretaria de Ação Sancionadora a aplicação de sanções administrativas ou o arquivamento do processo.

Além do disposto nos arts. 55 e 57 do Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024, que dispõem sobre as competências da Secretaria de Prêmios e Apostas e da Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, respectivamente, importante destacar o que o Capítulo IX da Lei nº 14.790, de 2023, estabelece em relação à fiscalização:

Art. 33. O agente operador deverá utilizar sistemas auditáveis, aos quais deverá ser disponibilizado acesso irrestrito, contínuo e em tempo real ao Ministério da Fazenda, sempre que por este requisitado.

Art. 34. A regulamentação do Ministério da Fazenda disporá sobre o modo e o procedimento de envio ou disponibilização, pelos agentes operadores, de esclarecimentos, de informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis, de dados, de documentos, de certificações, de certidões e de relatórios que sejam considerados necessários para a fiscalização das atividades desenvolvidas pelos operadores de apostas.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no **caput** deste artigo, especialmente no que diz respeito aos apostadores, o tratamento de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis deverá seguir o previsto na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Art. 35. O agente operador comunicará ao Ministério da Fazenda e ao Ministério Público os indícios de manipulação de eventos ou resultados que identificar ou que lhe forem reportados.

Parágrafo único. A comunicação de que trata este artigo será feita no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que o agente operador identificar ou tomar ciência do indício de manipulação, observado o disposto na regulamentação.

Art. 36. Os procedimentos de fiscalização, uma vez iniciados, poderão perdurar pelo tempo que for necessário à elucidação dos fatos, observado o disposto na [Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999](#).

Art. 37. O agente operador deverá dispor de estrutura administrativa capaz de atender, de forma célere e eficaz, a requisições, requerimentos, questionamentos ou solicitações provenientes:

- I - de qualquer órgão ou entidade integrante da estrutura regimental do Ministério da Fazenda;
- II - dos órgãos públicos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, de que trata o [art. 105 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor);
- III - do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- IV - dos demais órgãos, entidades e autoridades brasileiras, para o exercício de suas atribuições legais.

Parágrafo único. A entidade operadora deverá estruturar área e canal específicos para o atendimento às demandas de que trata este artigo.

Ademais, a Portaria SPA/MF nº 1.225, de 2024, define, em seu art. 3º, que "o monitoramento e a fiscalização das atividades de exploração da modalidade lotérica de aposta de quota fixa e dos agentes operadores de apostas terão abrangência nacional, sob a responsabilidade da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, no exercício da competência fiscalizatória". Os §§ 1º e 2º, esclarecem o seguinte:

§ 1º A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda poderá coordenar-se com outros órgãos públicos para fiscalizar as atividades de exploração da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, com o objetivo de garantir a observância das normas legais e regulamentares.

§ 2º As medidas de fiscalização aplicam-se, no que couber, às atividades de pessoas físicas ou jurídicas que não estejam devidamente autorizadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda a explorar a modalidade lotérica de apostas de quota fixa.

Ressalta-se, nesse sentido, que a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, por meio da Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, encaminhou até o momento solicitação de bloqueio de 10.521 domínios que exploravam a modalidade lotérica de apostas de quota fixa ilegalmente à Agência

Nacional de Telecomunicações - Anatel, resultado do processo de monitoramento contínuo e permanente realizado por esta Subsecretaria. Atualmente, 8.875 domínios permanecem bloqueados. A diferença se deve à necessidade de reforço do pedido de bloqueio de alguns domínios, cujo bloqueio não teve êxito pelas operadoras de telecomunicação.

Adicionalmente, após monitoramento na rede social Instagram, e utilizando-se da prerrogativa de regulador do mercado de apostas de quota fixa, a Secretaria de Prêmios e Apostas encaminhou à Meta Platforms Inc., proprietária da Facebook Serviços Online do Brasil Ltda, comunicação para que fosse realizada a remoção de postagens e, em alguns casos reincidentes, de perfis de influenciadores que estavam realizando publicidade de casas de apostas de quota fixa ilegais, bem como divulgando ganhos irreais nestas plataformas. Frisa-se que, neste contexto, foram identificados perfis de influenciadores menores de idade que estava realizando tal prática, infringindo, além do disposto na legislação que trata especificamente sobre a modalidade lotérica de apostas de quota fixa, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Por este motivo, esta Secretaria encaminhou solicitação de remoção dos conteúdos divulgados pelos citados influenciadores. Ademais, as ações de monitoramento referentes a esta temática estão sendo coordenadas com o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária - CONAR.

A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda editou uma série de Portarias com vistas a regular o disposto na legislação vigente. Destaca-se, dentre estas, a Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024, que estabelece as regras e as condições para obtenção da autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa por agentes econômicos privados em todo o território nacional, a Portaria SPA/MF nº 1.225, de 31 de julho de 2024, que regulamenta o monitoramento e a fiscalização das atividades de exploração da modalidade lotérica de apostas de quota fixa e dos agentes operadores de apostas, e a Portaria SPA/MF nº 1.231, de 31 de julho de 2024, que estabelece regras e diretrizes para o jogo responsável e para as ações de comunicação e marketing, e regulamenta os direitos e deveres de apostadores e de agentes operadores.

Destaca-se, dentre essas, o disposto na Portaria SPA/MF nº 1.225, de 2024, transcrito abaixo:

Art. 3º O monitoramento e a fiscalização das atividades de exploração da modalidade lotérica de aposta de quota fixa e dos agentes operadores de apostas terão abrangência nacional, sob a responsabilidade da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, no exercício da competência fiscalizatória.

§ 1º A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda poderá coordenar-se com outros órgãos públicos para fiscalizar as atividades de exploração da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, com o objetivo de garantir a observância das normas legais e regulamentares.

§ 2º As medidas de fiscalização aplicam-se, no que couber, às atividades de pessoas físicas ou jurídicas que não estejam devidamente autorizadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda a explorar a modalidade lotérica de apostas de quota fixa.

Art. 4º O monitoramento e a fiscalização das atividades de exploração da modalidade lotérica de aposta de quota fixa e dos agentes operadores de apostas observarão as seguintes premissas:

- I - atuação baseada em evidências e gestão de riscos, com foco em resultados e por eles orientada;*
- II - atuação integrada e coordenada entre os órgãos e entidades do Ministério da Fazenda e outros órgãos e entidades da administração pública; e*
- III - atuação proporcional aos riscos identificados e coerentes com as condutas dos agentes operadores de apostas.*

Art. 5º O monitoramento das atividades de exploração da modalidade lotérica de aposta de quota fixa e dos agentes operadores de apostas será realizado de forma contínua e sistemática pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, e abrangerá as seguintes modalidades de monitoramento:

I - de conduta, que terá como objetivo acompanhar e analisar a adequação das atividades e dos agentes operadores de apostas às normas legais e regulamentares; e

II - prudencial, que terá como objetivo avaliar a eficácia e efetividade da sistemática adotada pelos agentes operadores de apostas quanto à identificação, à avaliação e ao tratamento de riscos para mitigar ameaças a seu funcionamento regular, mediante a utilização de um arcabouço organizado para intervenção tempestiva quando necessário.

Art. 6º A fiscalização das atividades de exploração da modalidade lotérica de apostas de quota fixa e dos agentes operadores de apostas será realizada de forma programada, de ofício ou por determinação judicial.

§ 1º A fiscalização programada será realizada mediante planejamento elaborado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda com base em evidências e gestão de riscos.

§ 2º A fiscalização de ofício será desencadeada por necessidade de fiscalização identificada pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda ou por comunicação formal à administração pública.

§ 3º A fiscalização de ofício, quando desencadeada por comunicação formal à administração pública, deverá ser precedida de verificação fática, com a finalidade de apurar a existência de indícios de veracidade e do cometimento de infração administrativa.

§ 4º As ações de fiscalização deverão ser registradas no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em processo classificado conforme as hipóteses legais cabíveis.

Além do disposto nos arts. 55 e 57 do Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024, que dispõem sobre as competências da Secretaria de Prêmios e Apostas e da Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, respectivamente, importante destacar o que o Capítulo IX da Lei nº 14.790, de 2023, estabelece em relação à fiscalização:

Art. 33. O agente operador deverá utilizar sistemas auditáveis, aos quais deverá ser disponibilizado acesso irrestrito, contínuo e em tempo real ao Ministério da Fazenda, sempre que por este requisitado.

Art. 34. A regulamentação do Ministério da Fazenda disporá sobre o modo e o procedimento de envio ou disponibilização, pelos agentes operadores, de esclarecimentos, de informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis, de dados, de documentos, de certificações, de certidões e de relatórios que sejam considerados necessários para a fiscalização das atividades desenvolvidas pelos operadores de apostas.

*Parágrafo único. Para os fins do disposto no **caput** deste artigo, especialmente no que diz respeito aos apostadores, o tratamento de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis deverá seguir o previsto na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).*

Art. 35. O agente operador comunicará ao Ministério da Fazenda e ao Ministério Público os indícios de manipulação de eventos ou resultados que identificar ou que lhe forem reportados.

Parágrafo único. A comunicação de que trata este artigo será feita no prazo de 5 (cinco) dias

úteis, contado a partir da data em que o agente operador identificar ou tomar ciência do indício de manipulação, observado o disposto na regulamentação.

Art. 36. Os procedimentos de fiscalização, uma vez iniciados, poderão perdurar pelo tempo que for necessário à elucidação dos fatos, observado o disposto na [Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999](#).

Art. 37. O agente operador deverá dispor de estrutura administrativa capaz de atender, de forma célere e eficaz, a requisições, requerimentos, questionamentos ou solicitações provenientes:

*I - de qualquer órgão ou entidade integrante da estrutura regimental do Ministério da Fazenda;
II - dos órgãos públicos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, de que trata o [art. 105 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor);
III - do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;
IV - dos demais órgãos, entidades e autoridades brasileiras, para o exercício de suas atribuições legais.*

Parágrafo único. A entidade operadora deverá estruturar área e canal específicos para o atendimento às demandas de que trata este artigo.

Ademais, a Portaria SPA/MF nº 1.225, de 2024, define, em seu art. 3º, que "o monitoramento e a fiscalização das atividades de exploração da modalidade lotérica de aposta de quota fixa e dos agentes operadores de apostas terão abrangência nacional, sob a responsabilidade da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, no exercício da competência fiscalizatória". Os §§ 1º e 2º, esclarecem o seguinte:

§ 1º A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda poderá coordenar-se com outros órgãos públicos para fiscalizar as atividades de exploração da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, com o objetivo de garantir a observância das normas legais e regulamentares.

§ 2º As medidas de fiscalização aplicam-se, no que couber, às atividades de pessoas físicas ou jurídicas que não estejam devidamente autorizadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda a explorar a modalidade lotérica de apostas de quota fixa.

Ressalta-se, nesse sentido, que a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, por meio da Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, encaminhou até o momento solicitação de bloqueio de 10.521 domínios que exploravam a modalidade lotérica de apostas de quota fixa ilegalmente à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, resultado do processo de monitoramento contínuo e permanente realizado por esta Subsecretaria. Atualmente, 8.875 domínios permanecem bloqueados. A diferença se deve à necessidade de reforço do pedido de bloqueio de alguns domínios, cujo bloqueio não teve êxito pelas operadoras de telecomunicação.

Adicionalmente, após monitoramento na rede social Instagram, e utilizando-se da prerrogativa de regulador do mercado de apostas de quota fixa, a Secretaria de Prêmios e Apostas encaminhou à Meta Platforms Inc., proprietária da Facebook Serviços Online do Brasil Ltda, comunicação para que fosse realizada a remoção de postagens e, em alguns casos reincidentes, de perfis de influenciadores que estavam realizando publicidade de casas de apostas de quota fixa ilegais, bem como divulgando ganhos irreais nestas plataformas. Frisa-se que, neste contexto, foram identificados perfis de influenciadores menores de idade que estava realizando tal prática, infringindo, além do disposto na legislação que trata especificamente sobre a modalidade lotérica de apostas de quota fixa, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Por este motivo, esta Secretaria encaminhou solicitação de remoção dos conteúdos divulgados pelos citados influenciadores. Ademais, as ações de monitoramento referentes a esta temática estão sendo coordenadas com o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária - CONAR.

Por fim, outros atores governamentais irão atuar em áreas de suas respectivas competências a depender dos ilícitos apontados e dos agentes envolvidos: a) Polícia (Federal e estaduais), nos casos de infração penal; b) Ministério Público (Federal e estaduais), nos casos de infração penal e temas de direito do consumidor; c) Receita Federal, em questões tributárias; d) Ministério do Esporte, em questões que envolvem áreas afetas à sua pasta, como manipulação de resultados; e) Banco Central, em temas que envolvam a participação de instituições financeiras e de pagamento; f) Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União quanto a temas da Lei Anticorrupção.

2) fluxo dos processos de supervisão e fiscalização;

No que diz respeito ao monitoramento, este é um processo contínuo e sistemático que visa acompanhar e analisar a adequação das atividades e dos agentes operadores de apostas às normas legais e regulamentares (conduta), e avaliar a eficácia e efetividade da sistemática adotada pelos agentes operadores de apostas quanto à identificação, à avaliação e ao tratamento de riscos para mitigar ameaças a seu funcionamento regular, mediante a utilização de um arcabouço organizado para intervenção tempestiva quando necessário (prudencial). Nos casos em que são identificados indícios de irregularidade, a Coordenação-Geral de Fiscalização de Apostas inicia o processo de fiscalização.

As atividades de fiscalização possuem a finalidade de apurar a regularidade das atividades de exploração das apostas de quota fixa e dos agentes operadores de apostas, o cumprimento de deveres impostos nas normas legais e regulamentares e a eventual concretização de situações de risco previamente identificadas. Além disso, podem ser realizadas de forma programada, mediante planejamento elaborado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda com base em evidências e gestão de riscos; de ofício, quando será desencadeada por necessidade de fiscalização identificada pela Secretaria ou por comunicação formal à administração pública, situação que enseja a verificação fática com a finalidade de apurar a existência de indícios de veracidade e do cometimento de infração administrativa; ou por determinação judicial.

Independente do tipo de fiscalização, todas as ações correspondentes devem ser registradas no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, podendo perdurar pelo tempo que for necessário à elucidação dos fatos, observado o disposto na Lei nº 9.873, de 1999. Importante ressaltar, também, que a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda poderá requerer, a qualquer tempo no decorrer do monitoramento e da fiscalização, informações dos agentes operadores de apostas, devendo ser formalizada por ofício.

Ao final de cada fiscalização, a Secretaria de Prêmios e Apostas emitirá relatório de fiscalização que contenha as ações de fiscalização realizadas, as circunstâncias observadas, os resultados obtidos na inspeção, caso tenha ocorrido, a análise decorrente da fiscalização e os encaminhamentos propostos em decorrência da fiscalização. Com este relatório, que será submetido ao Subsecretário de Monitoramento e Fiscalização desta Secretaria para decidir sobre as medidas a serem adotadas, a fiscalização é concluída, podendo resultar em proposta, isolada ou conjunta, de arquivamento do relatório, imposição de medidas preventivas e acautelatórias, imposição de medidas corretivas e instauração de processo administrativo sancionador. Destaca-se, ainda, que se identificada conduta que apresente indícios de cometimento de delito, os órgãos competentes devem ser notificados para as providências cabíveis.

Por fim, constatada no exercício da competência fiscalizatória a ocorrência de indícios de infrações administrativas puníveis nos termos da legislação aplicável à modalidade lotérica de apostas de quota fixa, a Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização deverá instaurar processo administrativo sancionador para apuração, excetuada a hipótese prevista no art. 43 da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

3) pareceres jurídicos da PGFN que embasaram a decisão de outorga;

Conforme mencionado acima, a decisão de outorga faz parte do processo de autorização realizado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. Sendo assim, todas as autorizações já

concedidas pela SPA/MF são acompanhadas e fundamentadas por nota técnica da Coordenação-Geral de Autorização de Apostas, da Subsecretaria de Autorização, deferindo a autorização e reconhecendo o cumprimento de todos os requisitos previstos na legislação e na regulamentação aplicáveis, sem a intervenção da PGFN no processo ordinário.

4) fluxo previsto para o tratamento de denúncias recebidas contra as empresas atuantes;

As denúncias são recebidas por dois canais distintos, a depender da sua origem: no caso de denúncias realizadas pelos agentes operadores de apostas, devem ser encaminhadas para o e-mail institucional fiscalizacao.spa@fazenda.gov.br; já nos casos de denúncias a serem realizadas por pessoas físicas ou demais denunciante, inclusive anônimas, devem ser encaminhadas por meio do canal institucional do Governo Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (<https://falabr.cgu.gov.br/web/home>), selecionando o assunto "Apostas", e seu tratamento se dará por meio do sistema Sisouvidor. Em ambos os casos, deve ser feita a verificação fática com a finalidade de apurar a existência de indícios de veracidade e do cometimento de infração administrativa. Caso sejam apurados indícios de irregularidade, o processo de fiscalização deve ser iniciado, conforme já mencionado.

5) situações que podem ensejar a revogação de autorizações previamente concedidas e fundamentação legal.

Conforme dispõe o art. 58, do Decreto nº 11.907/2024, a tomada de decisão no âmbito do processo administrativo sancionador é competência da Subsecretaria de Ação Sancionadora,

Art. 58. À Subsecretaria de Ação Sancionadora compete:

- I - **julgar os processos administrativos sancionadores**, em primeira instância, observados os limites e as competências legais e infralegais previstos, os pedidos de reconsideração e os pedidos de revisão formulados nesses processos;
- II - **decidir, motivadamente**, a aplicação de sanções administrativas ou o arquivamento do processo, quando não configurada a irregularidade;
- III - realizar o juízo de admissibilidade dos recursos e instruir os autos para submissão à autoridade superior; e
- IV - propor a celebração de termo de compromisso, na forma da lei, em qualquer fase do processo administrativo até a tomada da decisão de primeira instância. (grifamos)

Quando instaurado o processo, a autoridade deve apresentar todos os elementos que o justifiquem, demonstrando os indícios suficientes de irregularidade visando legitimar o ato administrativo. Além disso, a fundamentação deve encontrar consonância com o disposto no **art. 39 e art. 40, da Lei nº 14.790/2023, que define as infrações administrativas puníveis** nos termos da lei, *in verbis*:

Art. 39. Constitui infração administrativa punível nos termos desta Lei ou das demais normas legais e regulamentares aplicáveis à loteria de apostas de quota fixa cujo cumprimento seja fiscalizado pelo Ministério da Fazenda, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação:

- I - explorar loteria de apostas de quota fixa sem prévia autorização do Ministério da Fazenda;
- II - realizar operações ou atividades vedadas, não autorizadas ou em desacordo com a autorização concedida;
- III - opor embaraço à fiscalização do órgão administrativo competente;
- IV - deixar de fornecer ao órgão administrativo competente documentos, dados ou informações cuja remessa seja imposta por normas legais ou regulamentares;
- V - fornecer ao órgão administrativo competente documentos, dados ou informações incorretos ou em desacordo com os prazos e as condições estabelecidos em normas legais ou regulamentares;
- VI - divulgar publicidade ou propaganda comercial de operadores de loteria de apostas de quota

fixa não autorizados;

VII - descumprir normas legais e regulamentares cujo cumprimento caiba ao órgão administrativo competente fiscalizar; e

VIII - executar, incentivar, permitir ou, de qualquer forma, contribuir ou concorrer para práticas atentatórias à integridade esportiva, à incerteza do resultado esportivo, à igualdade entre os competidores e à transparência das regras aplicáveis ao evento esportivo, bem como para qualquer outra forma de fraude ou interferência indevida apta a afetar a lisura ou a higidez das condutas associadas ao desempenho idôneo da atividade esportiva.

Parágrafo único. Constitui embaraço à fiscalização negar ou dificultar o acesso a sistemas de dados e de informação e não exibir ou não fornecer documentos, papéis e livros de escrituração, inclusive em meio eletrônico, nos prazos, nas formas e nas condições estabelecidos pelo órgão administrativo competente no exercício de sua atividade de fiscalização.

Art. 40. O disposto neste Capítulo também se aplica às pessoas físicas ou jurídicas que:

I - exerçam, sem a devida autorização, atividade relacionada a apostas de quota fixa sujeitas à competência do Ministério da Fazenda;

II - atuem como administradores ou membros da diretoria, do conselho de administração ou de outros órgãos previstos no estatuto de pessoa jurídica sujeita à competência do Ministério da Fazenda, nos termos desta Lei.

Já no art. 20, da Portaria SPA/MF nº 1.233/2024, em manifesta consonância com o dispositivo legal, define-se que a decisão administrativa determinará, motivadamente e com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, a aplicação de penalidade administrativa ou arquivamento, quando não houver configurada irregularidade.

No que tange à motivação, nos termos do art. 2º e do art. 50 da Lei nº 9.874/1999, a decisão deve indicar os fatos e fundamentos jurídicos preservando nexos com a conduta apurada e a sanção aplicada. A ausência de fundamentação pode acarretar nulidade do ato e a motivação deve ser explícita, clara e congruente, conforme já consolidado entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão administrativa sancionadora não pode, por conseguinte, deixar de refletir o respeito ao devido processo legal, garantindo que o administrado tenha oportunidade de defesa e assegurando que o administrado não sofra sanções arbitrárias.

O art. 41, da Lei nº 14.790/2023 estabelece as penalidades aplicáveis a pessoas físicas e jurídicas que violarem as normas previstas. Tais sanções podem ser impostas de forma isolada ou cumulativa, a depender da gravidade da infração. A este respeito, o art. 30, da Portaria SPA/MF nº 1.233/2024 regulamenta a aplicação das sanções, estabelecendo critérios para dosimetria, condições agravantes e atenuantes.

Entre as penalidades, o texto legal prevê a aplicação da advertência e imposição de multas, que no caso de pessoas jurídicas, pode corresponder a percentual que varia de 0,1% a 20% sobre o produto da arrecadação do último exercício anterior à instauração do processo administrativo sancionador. Contudo, o valor da multa não pode ser inferior à vantagem auferida com a prática da infração – quando possível estimá-la – e nem superior a R\$ 2 bilhões por infração. Já para outras entidades, como pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, associações ou grupos sem personalidade jurídicas, a multa pode variar de R\$ 50 mil a R\$ 2 bilhões por infração, especialmente quando não for possível utilizar o critério do valor do produto da arrecadação.

Para além das multas, é possível aplicar outras medidas punitivas, como a suspensão parcial ou total das atividades, por um período de até 180 dias, a cassação de autorizações, permissões ou concessões, o cancelamento de registros ou descredenciamentos, bem como a proibição de obter novas autorizações, por prazo que pode chegar a 10 anos. Nas situações mais graves, o administrado pode ser sancionado com a inabilitação para exercer cargos de dirigente ou administrador em entidades que explorem atividades lotéricas, com prazo que pode ser de até 20 anos.

A Lei nº 14.790/2023, no art. 41, estabelece um conjunto de penalidades passíveis de

aplicação em caso de infração legal, conforme dispõe o art. 39 e art. 40 da referida lei, às quais são dimensionadas de acordo com a gravidade da conduta e o potencial impacto sobre o mercado:

Art. 41. São aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas que infringirem o disposto nesta Lei as seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa:

I - advertência;

II - no caso de pessoa jurídica: multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o produto da arrecadação após a dedução das importâncias de que tratam os [incisos III, IV e V do caput do art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018](#), relativo ao último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo sancionador, observado que a multa nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, nem superior a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) por infração;

III - no caso das demais pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado e de quaisquer associações de entidades ou pessoas constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que não exerçam atividade empresarial, quando não for possível a utilização do critério do produto da arrecadação: multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) por infração;

IV - suspensão parcial ou total do exercício das atividades, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

V - cassação da autorização, extinção da permissão ou da concessão, cancelamento do registro, descredenciamento ou ato de liberação análogo;

VI - proibição de obter titularidade de nova autorização, outorga, permissão, credenciamento, registro ou ato de liberação análogo, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos;

VII - proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos;

VIII - proibição de participar de licitação que tenha por objeto concessão ou permissão de serviços públicos, na administração pública federal, direta ou indireta, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos;

IX - inabilitação para atuar como dirigente ou administrador e para exercer cargo em órgão previsto em estatuto ou em contrato social de pessoa jurídica que explore qualquer modalidade lotérica, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos.

Acerca da advertência, trata-se de sanção de natureza mais branda, geralmente aplicada em casos de infrações consideradas menos graves. Ela funciona como um alerta ao infrator, destacando a necessidade de adequação às normas vigentes. Embora não tenha caráter financeiro ou restritivo, a advertência cumpre um papel educativo e preventivo, buscando conscientizar o administrado sobre a importância de seguir as regras estabelecidas.

Já a multa, uma das sanções mais comuns no âmbito regulatório, tem seu valor diretamente relacionado à gravidade da infração e à capacidade econômica do infrator. Além de seu caráter punitivo, a multa serve para desestimular a reincidência e reforçar a necessidade de conformidade com as normas. Os valores podem ser aplicados de forma progressiva, podendo ser aumentados em casos de reincidência ou quando a infração apresenta um alto potencial de dano ao mercado. Dessa forma, a multa não apenas pune, mas também incentiva a adoção de práticas adequadas.

A suspensão constitui medida que implica a interrupção temporária das atividades do administrado. Ela é aplicada em situações em que há risco à ordem pública ou à segurança dos consumidores, permitindo que o regulador avalie as condições para a retomada das operações. Essa sanção é utilizada quando a continuidade das atividades pode agravar os danos ou quando é necessária uma investigação mais aprofundada sobre as práticas do infrator. Embora temporária, a suspensão impacta diretamente as operações do administrado, servindo como um alerta para a correção de falhas e a adoção de medidas que garantam o cumprimento das normas.

A proibição de exercer determinadas atividades é uma sanção que restringe o infrator de realizar operações ou serviços específicos relacionados à infração cometida. Essa medida visa coibir práticas

inadequadas ou ilegais e pode ser aplicada por um período determinado, dependendo da gravidade da infração. Seu objetivo é prevenir novos ilícitos e fortalecer a integridade do setor, assegurando que apenas práticas adequadas sejam mantidas.

Por fim, a **cassação de autorização é a medida mais extrema, aplicada em casos de reincidência ou infrações muito graves, quando da análise do caso a caso**. Ela tem como objetivo proteger o mercado e os consumidores contra práticas prejudiciais, resultando na perda definitiva do direito de explorar a atividade regulada. Essa sanção é aplicada quando se comprova a incapacidade ou a falta de condições do administrado para atuar em conformidade com as normas. Embora drástica, a cassação é necessária para preservar a confiança no sistema e garantir que apenas entidades idôneas permaneçam atuando no mercado.

CONCLUSÃO

15. Diante do exposto, e considerando as competências regimentais da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, juntamente com a complementação das respostas encaminhadas pela Receita Federal do Brasil, sugere-se o encaminhamento desta Nota Técnica ao Egrégio Tribunal de Contas da União, em atenção à Instrução TC 026.536/2024-2.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

LILIA ALVES

Chefe de Gabinete, substituta

De acordo. Encaminhe-se conforme proposto.

Documento assinado eletronicamente

CAROLINA YUMI DE SOUZA

Secretária-adjunta de Prêmios e Apostas



Documento assinado eletronicamente por **Lilia Alves Pereira, Chefe(a) de Gabinete Substituto(a)**, em 18/02/2025, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Yumi de Souza, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 18/02/2025, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **48012376** e o código CRC **6E146111**.

Referência: Processo nº 19995.009683/2024-19.

SEI nº 48012376

Criado por daniele.correa@fazenda.gov.br, versão 84 por beatriz.costato@fazenda.gov.br em 18/02/2025 15:55:03.